

## **Atos normativos e documentos relevantes no âmbito do cadastro da propriedade**

### **Diplomas estruturantes**

- **Constituição da República Portuguesa**
- **Lei nº 31/2014**, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo
- **Lei nº 48/98**, de 11 de agosto - Lei de bases gerais do ordenamento do território e de urbanismo

### **Diplomas operativos**

- **Decreto-Lei nº 172/95**, de 18 de julho - aprova o Regulamento do Cadastro Predial
- **Decreto-Lei nº 224/2007**, de 31 de maio, alterado pelo **Decreto-Lei nº 65/2011**, de 16 de maio - Aprova o regime experimental da execução, exploração e acesso à informação cadastral, visando a criação do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC)
- **Artigos 202º a 209º, 280º a 294º e 1376º a 1380º do Código Civil**
- **Portaria nº 219/2016**, de 9 de Agosto (em vigor a partir de 10/08/2016) - Estabelece a unidade de cultura (UMC)
- **Portaria nº 19/2019**, de 15 de janeiro – Altera a **Portaria nº 219/2016**, de 9 de agosto (UMC)
- **Portaria nº 202/70**, de 21 de abril – Estabelece a unidade de cultura para o território de Portugal Continental (revogou a Portaria n.º 20302, de 7 de janeiro de 1964 e a Portaria n.º 20623, de 6 de junho de 1964)
- **Artigo 27º do Decreto-Lei n.º 73/2009**, de 31 de março – Reserva agrícola nacional
- **Portaria nº 162/2011**, de 18 de abril – Utilizações não agrícolas de áreas integradas em RAN
- **Lei nº 111/2015**, de 27 de agosto, alterada pela **Lei nº 89/2019**, de 3 de setembro – Estabelece o Regime Jurídico da Estruturação Fundiária e altera o Código Civil
- **Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI)**
- **Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola**
- **Lei nº 2116**, de 14 de agosto de 1962 (Bases I, II, IV, V e n.º 2 da Base XXXIII) – Proibição de fracionamento de terrenos aptos para cultura)
- **Decreto-Lei nº 31 975**, de 20 de Abril de 1942 – Permite ao Ministro das Finanças utilizar os elementos do cadastro geométrico da propriedade rústica, para a liquidação da contribuição predial e dos impostos sobre sucessões e doações e de sisa
- **Artigo 107º do Decreto n.º 16 731**, de 13 de Abril de 1929 – Proíbe o fracionamento de prédios rústicos

- **Código do Procedimento Administrativo**
- **Código do Registo Predial** (atualizado pelo DL 125/2013)
- **Decreto-Lei nº 384/88**, de 25 de outubro, (artigo 20º) e **Decreto-Lei nº 103/90**, de 22 de março (artigos 44º a 47º) – Fracionamento de prédios rústicos e explorações agrícolas

### **Diplomas relacionados ou com incidência sobre a situação jurídica dos prédios**

- **Decreto-Lei nº 555/99**, de 16 de dezembro – Regime jurídico da urbanização e da edificação, de 16 de Dezembro
- **Decreto-Lei nº 448/91**, de 29 de novembro – Regime jurídico dos loteamentos urbanos e das obras de urbanização. Ver em especial o artigo 52º
- **Decreto-Lei nº 400/84**, de 31 de dezembro – Regime jurídico dos loteamentos urbanos e das obras de urbanização
- **Decreto-Lei nº 80/2015**, de 14 de maio – Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – artigos respeitantes aos planos de pormenor com efeitos registais e ao reparcelamento
- **Decreto-Lei nº 380/99**, de 22 de setembro – Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial
- **Decreto-Lei nº 193/95**, de 28 de julho, na redação atualizada do **Decreto-Lei nº 130/2019**, de 30 de agosto - Estabelece os princípios e normas da produção cartográfica, incluindo os sistemas de referência
- **Decreto-Lei nº 51/2017**, de 25 de maio - Regime extraordinário de regularização matricial e registal dos bens imóveis pertencentes ao domínio privado do Estado e de outras entidades públicas
- **Lei nº 54/2005**, de 15 de novembro – Estabelece a titularidade dos recursos hídricos
- **Lei nº 58/2005**, de 29 de dezembro – Aprova a Lei da Água e transpõe directiva comunitária
- **Decreto-Lei nº 276/2003**, de 4 de novembro, atualizado pelo **Decreto-Lei nº 29-A/2011**, de 1 de março - Estabelece o novo regime jurídico dos bens do domínio público ferroviário
- **Lei nº 91/95**, de 2 de setembro, na redação e **10/2008**, de 20 de fevereiro - AUGI (áreas urbanas de génese ilegal)
- **Lei nº 68/93**, de 4 de setembro, atualizada até à **Lei n.º 75/2017**, de 17 de agosto - Lei dos Baldios
- **Código das Expropriações** – aprovado pela **Lei nº 168/99**, de 18 de setembro, atualizado até à **Lei nº 56/2008**, de 4 de setembro)
- **Lei nº 107/2001**, de 8 de setembro – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural

- **Decreto-Lei nº 127/2005**, de 5 de agosto, na versão atualizada pelo **Decreto-Lei n.º 67/2017**, de 12 de junho - Estabelece o regime de criação de zonas de intervenção florestal (ZIF)
- **Regulamentos de planos municipais e intermunicipais de ordenamento do território**
- **Regulamentos municipais e intermunicipais de urbanização e de edificação**

#### **Exercício da atividade de cadastro predial**

- **Lei nº 3/2015**, de 9 de janeiro - Regula o regime de acesso e exercício da atividade profissional de cadastro predial, em conformidade com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, relativa aos serviços no mercado interno
- **Portaria n.º 380/2015**, de 23 de outubro – Aprova a duração e conteúdos dos cursos de formação complementar em cadastro predial
- **Portaria n.º 222/2017**, de 17 de julho – Aprova as taxas devidas pela inscrição na lista de técnico de cadastro predial e de emissão e renovação de credenciais de acesso ao sistema informático próprio da atividade

#### **Informação cadastral simplificada**

- **Lei n.º 65/2019**, de 23 de agosto – Mantém em vigor e generaliza a aplicação do sistema de informação cadastral simplificada
- **Lei nº 78/2017**, de 17 de agosto – Cria um sistema de informação cadastral simplificada aplicável, como projeto-piloto, à área dos municípios de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Sertã, Caminha, Alfândega da Fé e Proença-a-Nova (art. 31.º) e o Balcão Único do Prédio (BUPi)
- **Decreto Regulamentar n.º 9-A/2017**, de 3 de novembro – Regulamenta a Lei nº 78/2017

#### **Outros documentos**

- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território** – revisto pela **Lei nº 99/2019**, de 21 de setembro
- **Resolução do Conselho de Ministros nº 13/2019**, de 21 de janeiro - Aprova o relatório de diagnóstico e as medidas de atuação para a valorização do território florestal e de incentivo à gestão florestal ativa